

COPEL - Licitações

De: Thauler Ferreira Bispo de Souza
Enviado em: sexta-feira, 4 de julho de 2025 20:59
Para: COPEL - Licitações; Joelmo de Andrade Borges
Cc: Luan Carlos de Sena Monteiro Ozelim; Alexandre Bolzan Gutierrez Martins
Assunto: RE: RECURSO - PE 90072.2025

Prezados,

verificando as planilhas enviadas pela empresa DFC Engenharia, identificamos os seguintes custos unitários para engenheiros:

- Engenheiro civil de obra JUNIOR - R\$ 54,43
- Engenheiro civil de obra PLENO - R\$ 42,77

Esses profissionais fazem parte das composições de serviço SF-00001, SF-00003 e SF-00004, que, somadas, totalizam R\$ 25.246,89, ou seja, apenas 4,3% do valor total proposto pela licitante.

Analisando a referida CCT mencionada pela recorrente, temos:

- piso salarial horário para engenheiro junior = R\$ 43,93
- piso salarial horário para engenheiro pleno = R\$ 50,92.

Em que pese a possibilidade de a licitante ter invertido os preços dos engenheiros (teoricamente o júnior deveria custar mais do que o pleno, não o contrário), bem como o preço unitário do engenheiro pleno estar abaixo do piso sindical, sugere-se solicitar à licitante o ajuste dos preços unitários nas referidas composições, sem alterar o valor global da proposta e sem que haja preços unitários distintos na planilha para o mesmo insumo ou profissional, independentemente do serviço.

Nos termos do Acórdão 719/2018-TCU-Plenário:

"9.2.1. nos certames objetivando a contratação de obras públicas, não há determinação legal que obrigue a Administração Pública a examinar as propostas dos licitantes para observar se estes consideraram nos seus preços as despesas com mão de obra decorrentes do cumprimento de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, devendo ser observadas as disposições dos arts. 48, 44, §3º, da Lei 8.666/1993, bem como os critérios de aceitabilidade de preços e outros requisitos previstos no instrumento convocatório;

9.2.2. as licitantes, por sua vez, estão obrigadas ao cumprimento de acordo coletivo, do qual foi signatária, bem como de disposições presentes em convenção ou dissídio coletivo de trabalho, em observância ao art. 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal de 1988, e ao art. 611 do Decreto-Lei 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), que conferem caráter normativo a tais instrumentos, tornando obrigatória, assim, a sua observância nas relações de trabalho;"

Creio que a decisão da COPEL pode ser embasada pelo texto do voto do relator nesse mesmo acórdão:

"24. Igualmente relevante é a interpretação dos referidos dispositivos de que a inexecutabilidade de itens isolados da planilha de custos não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta (art. 48, inciso II, da Lei 8.666/1993), pois o juízo sobre a inexecutabilidade, em regra, tem como parâmetro o valor global da proposta ([Acórdão 637/2017-TCU-Plenário](#)). Então, uma composição de custo unitário de licitante que apresentasse valor de salário inferior ao piso da categoria não

deveria ensejar a desclassificação da empresa, visto que o preço global de sua proposta poderia ser plenamente exequível.

25. No máximo, há de se entender que se trata de mero erro formal, o qual, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da seleção da proposta mais vantajosa, no máximo ensejaria que a comissão de licitação realizasse diligência solicitando a reapresentação da composição de custo unitário eivada de vício.

26. Nesse sentido, a regulamentação da matéria realizada pela IN Seges 5/2017, em seu anexo VII, estabelece que erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

27. Dessa forma, concluo que deve ser informado ao consulente que, nos certames objetivando a contratação de obras públicas, não há determinação legal que obrigue a Administração Pública a examinar as propostas dos licitantes para observar se estes consideraram nos seus preços as despesas com mão de obra decorrentes do cumprimento de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, devendo ser observadas as disposições dos arts. 48 e 44, §3º, da Lei 8.666/1993, bem como os critérios de aceitabilidade de preços e outros requisitos previstos no instrumento convocatório.

28. Enfatizo que não se está propondo o descumprimento de regras trabalhistas pela Administração, tampouco o desrespeito aos direitos fundamentais dos trabalhadores. Friso apenas que o viés de exame de uma proposta em um certame não é o mesmo aplicável à fase de execução contratual nem abrange a análise de conformidade da proposta com diversas outras leis esparsas, que tratem de matéria estranha ao procedimento licitatório, tais como regras trabalhistas, ambientais, previdenciárias e tributárias. Isso não quer dizer que a empresa contratada possa executar o ajuste ao arrepio dessas outras leis.

29. Por isso, considero que a resposta à CTASP deva ser complementada informando que as licitantes, por sua vez, estão obrigadas ao cumprimento de acordo coletivo, do qual foi signatária, bem como de disposições presentes em convenção ou dissídio coletivo de trabalho, em observância ao art. 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal de 1988, e ao art. 611 do Decreto-Lei 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), que conferem caráter normativo a tais instrumentos, tornando obrigatória, assim, a sua observância nas relações de trabalho."

Atenciosamente,

Thauler Ferreira Bispo de Souza

Coordenação de Orçamentos (COORC)

Secretaria de Infraestrutura (SINFRA) - Bloco 14

Telefone: + 55 (61) 3303-4760



De: COPEL - Licitações <licita@senado.leg.br>

Enviado: sexta-feira, 4 de julho de 2025 09:29

Para: Thauler Ferreira Bispo de Souza <thauler@senado.leg.br>; Joelmo de Andrade Borges <joelmo@senado.leg.br>

Cc: Luan Carlos de Sena Monteiro Ozelim <ozelim@senado.leg.br>

Assunto: RES: RECURSO - PE 90072.2025

Caros colegas, bom dia!

Seguem as contrarrazões apresentadas pela empresa DFC Engenharia LTDA.

Aguardo análise e manifestação técnica para elaboração da Ata de Julgamento de recurso.

Atenciosamente,

Juliana Sá de Almeida Bezerra

Agente de Contratação

Senado Federal | SADCON | COPEL

Av. N2 | Bloco 16 | Sala 28 | CEP 70165-900 | Brasília/DF

Telefone: +55 (61) 3303-3102

✉ julianas@senado.leg.br

De: COPEL - Licitações

Enviada em: terça-feira, 1 de julho de 2025 13:33

Para: Thauler Ferreira Bispo de Souza <thauler@senado.leg.br>; 'joelmo@senado.leg.br' <joelmo@senado.leg.br>

Cc: 'ozelim@senado.leg.br' <ozelim@senado.leg.br>

Assunto: RECURSO - PE 90072.2025

Prezados colegas,

A empresa EMPOLI CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA cadastrou recurso contra a declaração da empresa DFC Engenharia LTDA como vencedora do PE nº 90072/2025.

Os prazos são:

- contrarrazões: 03/07

- decisão: 22/07

Envio recurso em anexo, para análise e manifestação técnica.

Muito obrigada!

Atenciosamente,

Juliana Sá de Almeida Bezerra

Agente de Contratação

Senado Federal | SADCON | COPEL

Av. N2 | Bloco 16 | Sala 28 | CEP 70165-900 | Brasília/DF

Telefone: +55 (61) 3303-3102

✉ julianas@senado.leg.br
